

Bancos credores apresentam contraproposta para negociar dívida

PAULO SOTERO
DE WASHINGTON

Um mês depois de terem recebido a proposta de renegociação de US\$ 52 bilhões da dívida externa, os bancos credores privados apresentaram ontem sua contraproposta ao negociador Pedro Malan, em Nova York, e deram sinais a Washington de que, a exemplo do governo brasileiro, também estão com pressa para chegar a um entendimento. Os membros do comitê de bancos evitaram comentar a proposta que fizeram ao Brasil, indicando que tinham instruções estritas para não falar. Geralmente, isso é um sinal de que os credores estão cautelosamente otimistas sobre o rumo da negociação. Fontes bem informadas disseram que a contraproposta dos bancos incluiria pelo menos duas novidades.

Além dos cinco instrumentos de redução e reescalamento da dívida oferecidos pelo governo brasileiro, os bancos querem uma sexta opção, que contemple alguma forma de garantia inicial sobre o pagamento de juros. No caso do México, essa garantia foi coberta com dinheiro das reservas do país e valeu pelos primeiros dezoito meses do acordo. A outra reivindicação dos bancos é o aumento do montante dos *enhancements*, ou seja, dos fundos que o País pretende obter junto ao Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento para usar como garantia de pagamento do principal dos novos títulos da dívida. O governo havia estimado que poderia levantar US\$ 2 bilhões junto às agências multilaterais de crédito para essa finalidade.

De acordo com as mesmas fon-



Os bancos sugeriram a Pedro Malan que querem o acordo logo

tes, por trás da contraproposta apresentada pelos bancos ontem existe um cálculo político, ou pelo menos a esperança de que ela possa levar a um acordo num prazo relativamente rápido. Para os bancos americanos, que são donos de 30% do dinheiro em jogo e dominam o processo de negociação no campo dos credores, um entendimento resolveria um de seus maiores problemas na área externa no momento em que vários deles enfrentam situações difíceis no fronte doméstico. Alguns banqueiros parecem convencidos, também, de que um anúncio de sua disposição de fechar negócio com o Brasil teria um efeito psicológico positivo dentro do País e reforçaria a posição dos setores do governo e da sociedade que defendem a adoção de uma política de estabilização para valer. Isso permitiria a conclusão do acordo com o FMI, que a equipe econômica quer completar até meados do mês que vem. Assim, o acordo com os bancos poderia até acontecer antes e serviria de incentivo pa-

ra o País fechar, logo depois, os termos da carta de intenção com o Fundo.

Esta tese é defendida por mais de um banqueiro no comitê e, certamente, também pelo ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, um ardoroso adepto da teoria do choque positivo de expectativas. Contra ela existe o temor de que, em vez de ser entendida como um convite e um incentivo à mudança, ela seja interpretada como uma ratificação da situação atual e reforce a ala do governo que quer que tudo fique mais ou menos como está.

Missão do FMI

A missão do FMI esteve ontem com o coordenador da área fiscal do Ministério da Economia, Fábio Barbosa. Além do detalhamento da política fiscal, foi entregue à missão as projeções do governo com relação ao superávit primário das contas do setor público. A missão permanece em Brasília na próxima semana.